



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidência

Edital para Seleção da Equipe Técnica para atuar nos Juizados da Infância e Juventude das Comarcas de 3ª Entrância

ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS PARA ATUAREM NOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DAS COMARCAS DE 3ª ENTRÂNCIA.

A Desembargadora **WILLAMARA LEILA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER:

A todos quanto o presente **EDITAL** virem ou dele tiverem conhecimento que, na forma das normas contidas no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, combinado com a Lei Estadual nº 2.098/2009, ficam abertas as inscrições das **08 às 18 h, dos dias 22 a 23 de julho de 2010**, na forma prevista no item 3 deste edital (da inscrição no processo seletivo), onde serão realizadas todas as etapas do processo seletivo para contratação temporária de Psicólogos e Assistentes Sociais, por prazo determinado, para atuarem nos Juizados da Infância e Juventude das Comarcas de 3ª Entrância.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo será regido por este Edital.

1.1.1 - O prazo de vigência das contratações é de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, em caso de extrema relevância e urgência.

1.2 - O CONTRATADO não terá qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, uma vez que, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal c/c com a Lei Estadual nº 2.098/09, a contratação é por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

1.3 - É vedada a contratação temporária de servidor público Federal, Estadual ou Municipal, bem como de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive de Magistrado ou de Servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento do Poder Judiciário. de acordo com o inciso I, do artigo 4º, da Lei Estadual 2.098, de 13 de julho de 2009.



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidência

2. DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

2.1 - A contratação que cuida o presente Edital destina-se ao preenchimento das seguintes vagas:

Comarca	Cargo	Nº de Vagas
Araguatins	Assistente Social	1
	Psicólogo	1
Arraias	Assistente Social	1
	Psicólogo	1
Colinas do Tocantins	Assistente Social	1
	Psicólogo	1
Dianópolis	Assistente Social	1
	Psicólogo	1
Guaraí	Assistente Social	1
	Psicólogo	1
Miracema	Assistente Social	1
	Psicólogo	1
Palmas	Assistente Social	1
	Psicólogo	1
Paraíso do Tocantins	Assistente Social	1
	Psicólogo	1
Pedro Afonso	Assistente Social	1
	Psicólogo	1
Taguatinga	Assistente Social	1
	Psicólogo	1
Tocantinópolis	Assistente Social	1
	Psicólogo	1
Total de Vagas	Assistente Social	11
	Psicólogo	11
Total Geral de Vagas		22



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidência

2.2 - Remuneração – de acordo com o Art. 5º, da Lei 2.098, de 13 de julho de 2009, a remuneração do Pessoal Contratado nos Termos desta Lei corresponderá ao valor estabelecido no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios do Poder Judiciário para a Classe e Padrão iniciais dos Servidores que desempenham função semelhante.

3. DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

3.1 – Todos os interessados deverão preencher a ficha de inscrição e entregar pessoalmente na Escola Judiciária localizada na Avenida Teotônio Segurado, Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 - O processo seletivo será constituído da seguinte forma:

- a) Análise do currículo;
- b) Entrevista.

4.1.1 - As entrevistas serão realizadas por 03 (três) membros, os quais serão indicados pela Presidente do Tribunal de Justiça.

5. ETAPAS DO PROCESSO

DATA	PROCEDIMENTO
19 a 21/07	Entrega de Curriculum Vitae no Anexo I do TJ/TO - Escola Judiciária, Av. Teotônio Segurado ACSU-SE 60, Conjunto 01, Lote 13.
22 a 23/07	Análises dos Curriculum Vitae
26/07	Publicação do Resultado da Seleção de Curriculum Vitae
27 e 28/07	Entrevista
29/07	Publicação do Resultado

6 . DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 – Os candidatos serão classificados da seguinte forma:

- a) Análise do Currículo – com pontuação máxima de 100 pontos;
- b) Entrevista– com pontuação máxima de 100 pontos.



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidência

6.1.1 – Serão considerados classificados os candidatos aos cargos que obtiverem as melhores pontuações no *curriculum vitae* até 5 (cinco) vezes o número de vaga por área nos casos da existência de 1 vaga. Para os profissionais cuja existência de vagas sejam 6 (seis) o número de classificado serão de 2 por vaga.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1 – Em caso de empate, terá preferência o candidato com maior experiência em trabalhos sociais e jurídicos, persistindo o empate terá preferência o candidato mais idoso.

8 . DO RESULTADO FINAL

8.1 – O resultado final do certame será homologado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, divulgado no Diário da Justiça do Estado do Tocantins e afixado no local das inscrições.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1 – Os candidatos selecionados serão contratados por ordem de classificação.

9.2 – Os candidatos selecionados deverão comparecer ao Tribunal de Justiça do Tocantins até 02 (dois) dias após a homologação do resultado final no Diário da Justiça, munidos dos documentos descritos no item 9.5.

9.3 – O candidato selecionado que não se apresentar no prazo mencionado no item anterior será considerado desistente e sua vaga preenchida por outro candidato aprovado para o cargo, conforme a ordem de classificação.

9.4 – É vedada a contratação de menores de 18 anos.

9.5 – No ato da contratação será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- Cópias autenticadas da Cédula de Identidade, CPF e Título de Eleitor;
- Cópia do PIS/PASEP;
- Certidão conjunta negativa de débitos aos tributos federais e dívida ativa da União

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 – A inscrição do candidato implicará na aceitação prévia das normas contidas no presente Edital.

9.2 – Todos os candidatos deverão apresentar documento de identificação com foto em cada fase do processo seletivo.



ESTADO DO TOCANTINS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Presidência

9.3 – Os casos omissos e as dúvidas de interpretação das normas reguladoras do processo seletivo, porventura suscitadas, deverão ser encaminhadas, por escrito, à Comissão Especial nos respectivos locais de inscrição.

Palmas - TO, 16 de julho de 2010.

Desembargadora **WILLAMARA LEILA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins